**PORTARIA Nº 0125/2023-CGP/SEAP
BELÉM-PA, 26 DE JANEIRO DE 2023.**

O Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e; CONSIDERANDO o disposto no art. 201, parágrafo único, da Lei Estadual n.º 5.810/94-RJU, segundo o qual o prazo para conclusão da sindicância não excederá a 15 (quinze) dias, poderá ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar as Portarias abaixo relacionadas:

- 1619/2022-CGP/SEAP, de 14/12/2022, publicada no DOE nº 35.221, de 16/12/2022, referente à Sindicância Administrativa Investigativa nº: 7314/2022-CGP/SEAP;

- 1620/2022-CGP/SEAP, de 14/12/2022, publicada no DOE nº 35.221, de 16/12/2022, referente à Sindicância Administrativa Investigativa nº: 7315/2022-CGP/SEAP;

- 1621/2022-CGP/SEAP, de 14/12/2022, publicada no DOE nº 35.221, de 16/12/2022, referente à Sindicância Administrativa Investigativa nº: 7316/2022-CGP/SEAP;

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário.

Protocolo: 899845

**PORTARIA Nº 0127/2023-CGP/SEAP
BELÉM-PA, 27 DE JANEIRO DE 2023.**

O Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e; CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão (STF, Mandados de Segurança nº 7.015, 21.494 e 22.656; e STJ, Mandados de Segurança nº 7.066, 7.435 e 8.877; e Recursos em Mandado de Segurança nº 6.757 e 10.464), necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo;

CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter, a Comissão, emvidado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito;

CONSIDERANDO ser pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido da não conclusão do processo administrativo disciplinar no prazo legal não constituir nulidade;

RESOLVE:

Art. 1º - REDESIGNAR a Comissão Composta por Comissão composta por RODRIGO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Funcional: 54196889 - Presidente; ELTON DA COSTA FERREIRA, Funcional: 57202521 - Membro; e JAYMERSON CARLOS PEREIRA MARQUES - Funcional: 57218644 - Membro; para dar continuidade à apuração dos autos dos Processos Administrativos Disciplinares nº 6947, 6951, 6953 e 6987/2022-CGP/SEAP, estabelecendo o prazo de 60 dias úteis para a conclusão;

Art. 2º - REDESIGNAR a Comissão Composta por Comissão composta por RODRIGO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Funcional: 54196889 - Presidente; ELTON DA COSTA FERREIRA, Funcional: 57202521 - Membro; e ADRIANA FERRAZ DO PRADO MAUÉS, Funcional: 57201800 - Membro; para dar continuidade à apuração dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 6989/2022-CGP/SEAP, estabelecendo o prazo de 60 dias úteis para a conclusão;

Art. 2º - REDESIGNAR a Comissão Composta por Comissão composta por VITOR RAMOS EDUARDO, Funcional: 5902749 - Presidente; ELTON DA COSTA FERREIRA, Funcional: 57202521 - Membro; e JAYMERSON CARLOS PEREIRA MARQUES - Funcional: 57218644 - Membro; para dar continuidade à apuração dos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 6948/2022-CGP/SEAP, estabelecendo o prazo de 60 dias úteis para a conclusão;

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário.

Protocolo: 899854

**PORTARIA Nº 0128/2023-CGP/SEAP
BELÉM-PA, 27 DE JANEIRO DE 2023.**

O Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e; CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão (STF, Mandados de Segurança nº 7.015, 21.494 e 22.656; e STJ, Mandados de Segurança nº 7.066, 7.435 e 8.877; e Recursos em Mandado de Segurança nº 6.757 e 10.464), necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo;

CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter, a Comissão, emvidado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar as Portarias abaixo relacionadas:

-1017/2022/2022-CGP/SEAP, de 01/08/2022, publicada no DOE nº 35.069, de 05/08/2022, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº: 7088/2022-CGP/SEAP;

-1053/2022/2022-CGP/SEAP, de 04/08/2022, publicada no DOE nº 35.080, de 18/08/2022, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº: 7092/2022-CGP/SEAP;

-1056/2022/2022-CGP/SEAP, de 09/08/2022, publicada no DOE nº 35.076, de 12/08/2022, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº: 7095/2022-CGP/SEAP;

-1077/2022/2022-CGP/SEAP, de 18/08/2022, publicada no DOE nº 35.086, de 23/08/2022, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº: 7107/2022-CGP/SEAP;

-1078/2022/2022-CGP/SEAP, de 18/08/2022, publicada no DOE nº 35.086, de 23/08/2022, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº: 7108/2022-CGP/SEAP;

-1081/2022/2022-CGP/SEAP, de 18/08/2022, publicada no DOE nº 35.086, de 23/08/2022, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº: 7111/2022-CGP/SEAP;

-1082/2022/2022-CGP/SEAP, de 18/08/2022, publicada no DOE nº 35.086, de 23/08/2022, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº: 7112/2022-CGP/SEAP;

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário.

Protocolo: 899855

**PORTARIA Nº 0129/2023-CGP/SEAP
BELÉM-PA, 27 DE JANEIRO DE 2023.**

O Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e; CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão (STF, Mandados de Segurança nº 7.015, 21.494 e 22.656; e STJ, Mandados de Segurança nº 7.066, 7.435 e 8.877; e Recursos em Mandado de Segurança nº 6.757 e 10.464), necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo;

CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter, a Comissão, emvidado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito;

CONSIDERANDO ser pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido da não conclusão do processo administrativo disciplinar no prazo legal não constituir nulidade;

RESOLVE:

Art. 1º - REDESIGNAR a Comissão Composta por BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Funcional: 55585599 - Presidente; ANDRÉ RICARDO NASCIMENTO TEIXEIRA, Funcional: 5902531 - Membro; e ELIZABETH MALCHER VILHENA, Funcional: 5464285 - Membro; para dar continuidade à apuração dos autos da Sindicância Administrativa Disciplinar nº 5461/2020-CGP/SEAP, estabelecendo o prazo de 60 dias úteis para a conclusão;

Art. 2º - REDESIGNAR a Comissão composta por BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Funcional: 55585599 - Presidente; JAYMERSON CARLOS PEREIRA MARQUES, Funcional: 57218644 - Membro; e ELIZABETH MALCHER VILHENA, Funcional: 5464285 - Membro; para dar continuidade à apuração dos autos das Sindicâncias Administrativas Disciplinares nº 5564/2020 e 6514/2021-CGP/SEAP, estabelecendo o prazo de 60 dias úteis para a conclusão.

Art. 2º - REDESIGNAR a Comissão composta por RODRIGO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, Funcional: 54196889 - Presidente; ELTON DA COSTA FERREIRA, Funcional: 57202521 - Membro; e JAYMERSON CARLOS PEREIRA MARQUES - Funcional: 57218644 - Membro; para dar continuidade à apuração dos autos das Sindicâncias Administrativas Disciplinares nº 6949, 6950, 6990, 6991, 6992 e 6993/2022-CGP/SEAP, estabelecendo o prazo de 60 dias úteis para a conclusão.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRÁ-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário.

Protocolo: 899856

**PORTARIA Nº 0130/2023-CGP/SEAP
BELÉM-PA, 27 DE JANEIRO DE 2023.**

O Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e; CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão (STF, Mandados de Segurança nº 7.015, 21.494 e 22.656; e STJ, Mandados de Segurança nº 7.066, 7.435 e 8.877; e Recursos em Mandado de Segurança nº 6.757 e 10.464), necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo;

CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter, a Comissão, emvidado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar as Portarias abaixo relacionadas:

- 1054/2022-CGP/SEAP, de 09/08/2022, publicada no DOE nº 35.076, de 12/08/2022, referente à Sindicância Administrativa Disciplinar nº: 7093/2022-CGP/SEAP;

- 1055/2022-CGP/SEAP, de 09/08/2022, publicada no DOE nº 35.076, de 12/08/2022, referente à Sindicância Administrativa Disciplinar nº: 7094/2022-CGP/SEAP;

- 1075/2022-CGP/SEAP, de 17/08/2022, publicada no DOE nº 35.086, de 23/08/2022, referente à Sindicância Administrativa Disciplinar nº: 7105/2022-CGP/SEAP;

- 1076/2022-CGP/SEAP, de 17/08/2022, publicada no DOE nº 35.086, de 23/08/2022, referente à Sindicância Administrativa Disciplinar nº: 7106/2022-CGP/SEAP;

- 1083/2022-CGP/SEAP, de 18/08/2022, publicada no DOE nº 35.086, de 23/08/2022, referente à Sindicância Administrativa Disciplinar nº: 7113/2022-CGP/SEAP;

- 1084/2022-CGP/SEAP, de 18/08/2022, publicada no DOE nº 35.086, de 23/08/2022, referente à Sindicância Administrativa Disciplinar nº: 7114/2022-CGP/SEAP;